

A CONCEPÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS *

José Nicolau de Souza **

A preocupação de se tomar as lideranças comunitárias como tema de estudo tem sua razão de ser pela simples constatação de que este tipo específico de liderança tem sido utilizado, de modo destacado e privilegiado, pelos denominados Movimentos de Educação Popular.

Em decorrência disto, uma outra constatação de ordem teórico-metodológica corrobora a necessidade de estudar a existência de tais lideranças. É que os estudos existentes, até então, situam-se mais na apologia do que na explicação do fenômeno. A partir disto, o estudo destas lideranças, numa outra perspectiva, apresenta-se mais do que oportuno, pois somente pelos pressupostos da ciência da história se torna possível compreender as razões pelas quais este tipo de liderança se constitui estratégia indispensável ao desenvolvimento dos Movimentos de Edu-

* Trabalho elaborado a partir da Dissertação de Mestrado intitulada AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR EM ÁREAS RURAIS: "questão" desvendada, apresentada ao PPGE/UFRN.

** Professor da Faculdade de Educação da URRN/Mossoró (RN).

cação Popular. Com isto, a contribuição pretendida com o presente trabalho situa-se, por um lado, em trazer ao debate uma reflexão teórico-metodológica, em que o fenômeno pode ser explicado cientificamente, ou seja, conhecido em sua essência e inter-relações concretas e, por outro, no plano prático, possibilitar aos profissionais e militantes dos atuais movimentos ditos populares, revisar, questionar e, quem sabe, redimensionar as suas práticas. Isto porque, envolvidos cotidianamente num exacerbado ativismo, justificado pela própria ação empreendida, estes não têm como elaborar uma reflexão que ao mesmo tempo assegure a continuidade desta ação e possibilite reorientá-la na direção correta do movimento social, enquanto ações de um projeto que se diz na perspectiva de transformação do tipo de sociedade na qual atuam.

Ao buscar compreender historicamente, identifica-se o surgimento das lideranças comunitárias como parte das estratégias necessárias à Igreja Católica para implantar e assegurar a implementação do seu novo projeto de sustentação política, consubstanciado na proclamada Doutrina Social da Igreja. A Doutrina Social da Igreja veio à luz em 1891, sistematizada na conhecida Encíclica *Rerum Novarum*, do então Papa Leão XIII, mas as suas idéias já vinham sendo elaboradas desde o advento dos movimentos revolucionários que eclodiram em toda Europa, principalmente a partir do século XVI. Como se sabe, estes movimentos culminaram com a derrubada do feudalismo naquele continente e, conseqüentemente, com a ascensão da burguesia ao poder, instaurando, a partir daquele momento histórico, o capitalismo como o novo modo de produção. Desta forma a Igreja Católica, que no feudalismo fazia parte da contradição principal da sociedade, confundindo-se com o próprio Estado da época, com o advento do capitalismo, foi uma das

instituições mais afetadas, perdendo o status de que desfrutava com o domínio quase que total de toda a sociedade.

Neste contexto, é compreensível que, para a Igreja Católica enfrentar a sociedade capitalista nascente, depois de ter perdido os privilégios que detinha na sociedade feudal superada, era fundamental reformular a sua atuação. Para tal, uma das estratégias que se impôs como indispensável foi a formação de uma liderança cristã, para disseminar a sua doutrina, a partir de então, associando-se ao social.

Dado o caráter de classe da sociedade capitalista e pela consolidação do movimento organizado da classe proletária expressa no Manifesto do Partido Comunista de 1848, o conteúdo político que vai orientar este projeto social da Igreja Católica é o anticomunismo. Desta forma, é este conteúdo o interlocutor que, na nova sociedade, vai possibilitar em determinados momentos a rearticulação da Igreja com o Estado. A tradução deste projeto social da Igreja, em definitivo, vai formalizar-se na Europa com a estruturação da Ação Católica, a partir de 1848, como a reação à perda do prestígio que a mesma havia sofrido.

Como se vê, é para este novo empreendimento que se faz necessário formar um corpo de adeptos que seriam os seus dirigentes e militantes. Daí, estar na formação deste corpo de adeptos a origem do que veio a ser denominado lideranças comunitárias, posteriormente, nos Movimentos de Educação Popular. Como a Ação Católica teve um dos seus ramos definidos para o meio rural, este tipo de liderança teve, até bem pouco tempo, ampla utilização nos movimentos que a Igreja implementava naquelas localidades, principalmente na Juventude Agrária Católica - JAC, e no Movimento de Educação de Base - MEB.

Referindo-se a esse respeito, em 1950, ao justificar a imperiosa necessidade de se implantar no Brasil a Ação

Católica Rural, D. Inocêncio Engelke (1970, p. 52), exaltando a experiência da Ação Católica no meio operário, enfatiza:

“Um grande movimento de Ação Católica Operária penetrou no seio das indústrias, e por meio de líderes social e apostolicamente formados, lançados no seio das fábricas, das usinas, dos escritórios, vai levedando a massa já seriamente atingida pelo desprezo e pela revolta e profundamente trabalhada pela demagogia revolucionária. Um grande movimento de Ação Católica Rural deverá exercer o mesmo papel e a mesma função entre as massas trabalhadoras esparsas pelos campos”.

Pela observação feita, fica explicitada a importância que as lideranças têm para a Igreja e a função que devem desempenhar no processo social, neutralizando a ação revolucionária. Sem que o percebamos imediatamente, trata-se de difundir aquele conteúdo social, imbutido na Doutrina Social da Igreja.

Observando a respeito dos interesses que, em determinados momentos, levam o Estado a se articular com a Igreja, Bruneau (1974, p. 77), referindo-se à conjuntura dos anos 20 deste século, quando num desses momentos a Igreja no Brasil se rearticula com o Estado, registra:

“É significativo que nesses tempos de intranqüilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo”.

Para a implementação do programa de formação de lideranças, no Brasil, a Igreja recrutava intelectuais e leigos em geral. Foi no bojo do recrutamento dos leigos que tomaram forma as lideranças comunitárias. Estes, através

da Ação Católica, eram localizados em seus meios “naturais” de vida: rural, operário, estudantil, profissionais liberais, dentre outros.

Com uma pedagogia de formação na ação e utilizando o método VER-JULGAR-AGIR, a Ação Católica descartava para os leigos em geral, trabalhadores e estudantes, o acesso direto à teoria, colocando em suas mãos ferramentas prontas para desenvolver a ação. Tais instrumentos tomavam a forma de Programas de Ação⁽¹⁾, boletins, livretos e jornais, para fundamentar e dirigir toda a ação a ser desenvolvida pelas lideranças. Já aos intelectuais recrutados era possibilitado o contato com os autores cristãos, expressivos do momento. Isto porque competia a estes definir as diretrizes, selecionar e até elaborar subsídios necessários à construção de todos aqueles instrumentos de trabalho antes referido.

No Brasil, o Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, foi o precursor da organização do laicato, como a nova estratégia da Igreja Católica. Trabalhando em duas direções, procurou unificar os vários e diversificados grupos já existentes e que viviam dispersos, por um lado, e estimulou um outro movimento, destinado aos intelectuais, através do Centro D. Vital, por outro. Estes dois movimentos convergiam, em muitos dos seus aspectos, concretizando as intenções do Cardeal: mobilização geral em torno de bases religiosas e indiretamente políticas, ligada aos grupos de pressão e que terminaram se constituindo na Ação Católica, que foi fundada oficialmente no país em 1935. Bruneau (1974, p.86), interpretando o Cardeal Leme, afirma que para ele:

“Um laicato mobilizado podia exercer pressão de modo a melhorar a posição da Igreja, e, mais ainda, a influência podia ser aumentada através da ação desses leigos - especialmente intelectuais - sobre outros leigos”.

E, em seguida, é ainda Bruneau (1974, p.87) que enfatiza o surgimento e a importância das lideranças nos projetos da Igreja Católica, ressaltando:

“D. Leme consolidou os grupos, organizou-os e os disciplinou, transformando-os, dessa forma, num recurso de potencial humano que poderia ser usado quando necessário”.

Convém ressaltar que, inicialmente, a seleção das lideranças era feita diretamente pelo Cardeal, atitude que, posteriormente, passou a ser extensiva aos Bispos e Párocos, quando da implementação da Ação Católica. Isto asseguraria para a instituição o maior controle possível da execução dos seus objetivos, além de nos permitir afirmar que a Igreja Católica, pela sua organização estrutural altamente centralizada nas principais autoridades da hierarquia, não transfere poder para que seus quadros leigos falem ou decidam em seu nome.

Como não podia ser diferente, em decorrência de serem parte das estratégias educativas da Igreja Católica e, em coerência com seus propósitos, a Juventude Agrária Católica - JAC - e o Movimento de Educação de Base - MEB -, como projetos direcionados para o meio rural, vão encarnar e desenvolver naquele meio, através das lideranças comunitárias, o projeto sócio-pastoral da referida Igreja, conforme já indicamos antes.

Em síntese, este projeto é definido na proposta da JAC e do MEB, visando a pretensa organização dos habitantes das localidades onde atuavam. Esta organização, como se prevê, será viabilizada através de indivíduos singulares, as lideranças, que, organizando a população em pequenos grupos, alcançarão, como resultado da ação, a promoção individual daquelas pessoas atingidas e o desenvolvimento da chamada comunidade.

Conforme indicamos antes, constata-se que nesta proposta de ação - não perceptível à primeira vista -, o grande programa da Igreja, que está sendo ocultado das lideranças que são recrutadas para desenvolvê-lo, está diretamente relacionado com o combate ao avanço do projeto de superação da sociedade capitalista. Neste sentido, através de sua Doutrina Social, a Igreja Católica procura disseminar a idéia de uma nova sociedade, fundada no primado da pessoa humana e na manutenção da propriedade privada, na sua visão, com função social. É neste sentido que endereça a sua concepção de luta, que tem por alvo a busca da justiça social pela via da solidariedade entre as classes.

Esclarecendo-nos o que a Igreja entende por justiça social, Bigo (1969, p. 509), citando Pio XII, enfatiza que o Papa se posiciona frontalmente contra a revolução, tal como a entende o marxismo, defendendo como legítimo um outro tipo de "revolução", que recomenda:

"É bem evidente que, neste sentido enfraquecido, um cristão poderá declarar-se a favor de uma revolução: ele exprimirá por isto sua vontade resoluta de colocar um fim à injustiça, de atenuar as disparidades sociais, de assegurar a promoção de todo o povo, e, para alcançar seus objetivos, lutar contra as oposições injustas, por intermédio de meios que sejam proporcionais à gravidade da injustiça".

Confirmando a argumentação que estamos desenvolvendo, trata-se, para a Igreja, de buscar soluções pacíficas e legais com base nos mecanismos oficiais da sociedade estabelecida sem contudo transformá-la. É o próprio Papa João XXIII, em trecho de sua Encíclica *Pacem in Terris*, que, citando Pio XII, reafirma: "não é a revolução, mas uma

evolução harmoniosa que trará a salvação e a justiça”. A busca de justiça pela Igreja não vai muito além de situações imediatas, sobretudo quando assumem proporções de miséria.

Nesse sentido, descartando uma transformação social pela via revolucionária, a Igreja desenvolve um programa idealista e que tem, como objetivo último, apenas amortecer as contradições da sociedade. Camargo (1971, p. 82), analisando este mesmo aspecto sobre o chamado Movimento de Natal, que serviu de base para a expansão destas estratégias em relação ao meio rural, afirma:

“Como modalidade de compensação e amortecimento das contradições reais da sociedade, acenava também a Igreja tradicional para as formas transcendentais de justiça e fraternidade que realizavam estes valores de modo ideal”.

Com esta contribuição, o autor refere-se aos “valores abstratos e ideais do cristianismo”, como se fosse possível a Igreja abstrair-se do movimento histórico concreto, impulsionado pela luta de classes.

Retomando o que indicamos antes, aquele conteúdo social que é a orientação básica, como não podia deixar de ser, estava presente nos programas de ação dos movimentos de Educação Popular da Igreja Católica - a JAC e o MEB. No MEB, sobretudo, que fora o continuador da JAC no meio rural e, por algumas avaliações, representou o movimento mais avançado de Educação Popular da década de 60. No entanto, nos seus documentos originais, constata-se as mesmas características daquela orientação no seu programa de ação como um todo e, particularmente, no que diz respeito à formação das lideranças. Isto porque, em última instância, a base de sustentação destes movimentos está

acentuada naquele grande projeto da Igreja - a Ação Católica - que é, sem dúvida, a matriz geradora dos mesmos.

Fávero (1984, p. 65), reconhecendo também este aspecto, afirma que:

“... em particular, a criação do MEB expressa o deslocamento da Igreja institucional em direção às classes populares. Mas este fenômeno, na Igreja e na Sociedade, tem outros componentes: uma geração de jovens vindos da Ação Católica, principalmente dos seus ramos estudantil e universitário, colabora na criação e lidera vários destes movimentos, em alguns casos lado a lado com os marxistas”.

Pelo que expõe, o autor não só reafirma a influência da Ação Católica na proposta educativa assumida pelo MEB, mas também na proposta dos demais movimentos de Educação Popular, fora da Igreja, naquele momento inicial da década de 60, como: o Movimento de Cultura Popular - MCP; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler; o Centro Popular de Cultura; a Campanha de Educação Popular - CEPLAR, dentre os mais significativos da época. Nos dias atuais esta influência ainda é marcante, quando encontramos, dentre a maioria daqueles que compõem as chamadas Organizações não Governamentais - ONG -, a presença de quadros formados por aqueles e outros movimentos de Educação Popular da Igreja Católica de antes, como também na sua versão atual.

O trabalho desenvolvido pelas lideranças comunitárias na JAC e no MEB, conforme já indicamos, dizia respeito a um processo de mobilização e reunião de habitantes locais, na tentativa de consolidar uma organização comunitária na localidade, pretendendo-se com isto desenvolver todo o meio e a todos quantos a integrassem.

Para a execução deste trabalho, estas lideranças eram recrutadas, selecionadas e treinadas pelas equipes coordenadoras dos citados movimentos. No treinamento recebiam informações de como agir, faziam exercícios simulados de como colocar aquelas informações na prática e elaboravam um plano de ação para se conduzirem por determinado período.

Voltando às suas localidades, procuravam pôr em prática a ação planejada e, como reforço ou possibilidade de correções durante a execução, recebiam ajuda da supervisão dos movimentos, quer vindo à sede e mantendo contato direto ou recebendo a visita da mesma na própria localidade onde vivia e atuava.

A ação considerada significativa, e que era esperada pelos coordenadores dos movimentos, demonstrava-se no número de pessoas que a liderança conseguia recrutar e reunir, em cada lugar, e no volume das atividades “comunitárias” que este pessoal reunido conseguia promover.

Algo demonstrativo disto pode ser visto no depoimento (1) de uma destas lideranças, que, estando com a incumbência de ser o monitor de uma escola radiofônica em sua localidade, necessitava construir um Centro Social, pois a sua casa não comportava o funcionamento da mesma. Este narrou a Barboza (1972, p.158) que, levando o problema à supervisora na sede do MEB, em Mossoró, foi-lhe dada a seguinte resposta:

“... Ela disse que o problema era nosso, que nós devíamos construir um centro social. Que dinheiro o MEB não dava. Só orientação. Que eu falasse com o povo que ele ia entender... E não é que eles entenderam? Um arranhou o tijolo, o outro, telha, ripa, caibro, prego. Fomos juntando. Mas quem ia construir? Aí um daqui

disse: vamos fazer nós mesmos, nada de pedreiro. A gente faz. Se cair, é nosso mesmo, começa de novo. Fizemos que nem a lida de purruteco. O purruteco é um passarinho que faz o ninho no pau, vem o garrancho e desmancha, derruba. E o purruteco faz o ninho no mesmo pau outra vez, no mesmo canto. Foi um frevo: um virou pedreiro, o outro, carregador. Um ano depois, o Centro Social estava pronto e até hoje funciona. Agora as aulas do MOBREAL serão aqui também”.

E, como esta atividade, outras tantas eram desenvolvidas, conforme a pretensão dos movimentos, na tentativa de suprir as necessidades materiais e de serviços da localidade - nas áreas de saúde, educação, estradas, abastecimento e produção - e, também, pedagogicamente, para desenvolver a consciência crítica, a solidariedade humana para com os outros e o espírito do bem comum. Tudo isto, conforme vimos enfatizando, na ótica do cristianismo, consubstanciado na Doutrina Social da Igreja.

No entanto, como os objetivos daqueles movimentos não podiam conduzir mesmo à uma transformação das localidades rurais, constata-se que a proposta de ação desenvolvida pelas lideranças não se concretizou. O que de fato aconteceu foi a promoção individual de algumas lideranças, pois, de fato, pelo acesso que tiveram aos mecanismos de desinibição e às técnicas sociológicas de abordagem, recrutamento e convencimento de pessoas, desenvolveram-se, chegando a se destacar intelectualmente - algumas delas estudaram até a Universidade -, outras, na política, chegaram a ser vereadores e boa parte assumiu a liderança do sindicalismo e cooperativismo rural.

Quanto a esse aspecto, é por demais significativo o depoimento de uma dessas lideranças⁽²⁾ que, quando per-

guntada se a vida das pessoas ali nas localidades havia mudado, é enfática na resposta Barboza (1972, p.158): *“A minha mudou 80 por cento. Agora tenho mais conhecimento, me sinto mais importante, não tenho medo das pessoas, sei falar ... E o entendimento vai mudando”*.

Em relação aos demais aspectos mencionados, pode-se constatar o equívoco da pretensão desenvolvimentista assumida pelos citados movimentos, pois as chamadas comunidades, onde o trabalho foi implementado, não se transformaram, como era esperado. Estas sequer chegaram a resolver os seus problemas imediatos e mais urgentes de infra-estrutura social - água, iluminação, comunicação, estradas, escolarização e saúde. Nem também se consolidou, em tais comunidades, uma organização duradoura e representativa daquela população, como um instrumento atuante na localidade. As lideranças em sua maioria não desenvolviam uma prática democrática. Atrravavam o trabalho às suas condições materiais e intelectuais; decidiam sobre a continuidade ou não do trabalho; promoviam profundos atritos quando do surgimento de novas lideranças na localidade, pondo em cheque aquelas já estabelecidas. Por fim, constata-se, ainda hoje, que muitas destas lideranças se tornaram pelegas no sindicalismo rural.

Depoimentos de comunitários registrados na publicação MEB: uma experiência de educação para a justiça, MEB (1980, p.10), sobre a existência e o trabalho destas lideranças, expressam o que pensam quanto ao que elas podem representar da seguinte forma:

“... as lideranças endureceram as suas posições dentro da organização e passaram a formar uma espécie de ‘casta controladora’, sem querer dar oportunidade a ninguém de também ser do grupo dirigente ou diretor”.

E, ainda, no mesmo documento MEB (1980, p. 20), encontramos o que os comunitários acrescentavam à opinião anterior. Assim, vêm que esses

“... líderes tornam-se ‘novos coronéis’, mantendo os demais membros da comunidade submissos e controlados com sua ação paternalista. Um desses ‘coronéis’ aprendeu a se relacionar com autoridades e instituições na capital do Estado, com a finalidade de conseguir recursos para o seu lugar. Mas sempre foi sozinho. Nunca quis ensinar o caminho a outro membro da comunidade para não ter a sua ‘liderança ameaçada’ “.

E para não continuar sobrecarregando com os depoimentos sobre a prática deste tipo de lideranças, temos por fim apenas mais uma contribuição de Camargo (1971, p. 161), que analisa as conseqüências da organização e atuação das lideranças comunitárias:

“... as atividades típicas das associações de nível comunitário são desenvolvidas de modo a alterar alguns objetivos sociais sem modificar, entretanto, a estrutura local de poder. A liderança ‘natural’ ... acha-se normalmente ligada e condicionada à estrutura de dominação”.

A partir do exposto, retomamos em linhas gerais a compreensão das razões históricas que determinaram a existência deste tipo específico de lideranças - as lideranças comunitárias. Elas são resultado da necessidade que a Igreja Católica teve de se ajustar à nova sociedade capitalista, após a superação do feudalismo, redefinindo a sua ação teológica, vinculando-a, a partir de então, ao social. Para isto, adotou, na época, o combate ao comunismo como o

conteúdo social do seu programa de ação, e para executá-lo passou a privilegiar o recrutamento e a formação de um tipo específico de agente, que, de fiel militante, veio a se constituir, no Brasil dos anos 50 a 70, nas lideranças comunitárias, como as conhecemos hoje.

Dadas as determinações, nas quais se move a sociedade capitalista em que as duas classes fundamentais estão em luta pela manutenção ou tomada do poder, as lideranças comunitárias são uma desfiguração das verdadeiras lideranças da classe proletária e, conseqüentemente, os Movimentos de Educação Popular um projeto ideológico da Igreja Católica, como expressão de sua essência reacionária.

Assim, somente por esta via de compreensão do fenômeno, podemos obter as explicações sobre as posições equivocadas que têm sido assumidas por parte de egressos destes movimentos. São os resultados do que se pretendia verdadeiramente com a ação e atuação na formação deste tipo de liderança e não o que, sem questionamento mais profundo, assumimos ideologicamente como um projeto que pretendia a transformação radical da sociedade vigente. Isto posto, aponta para a necessidade de se levar a sério o estudo sobre as conseqüências do que atualmente se expande e é aceito como Educação Popular, onde as lideranças comunitárias ainda se constituem estratégias indispensáveis ao seu desenvolvimento, sobretudo quando boa parte dos estudiosos do assunto admite que o Estado burguês deve proporcionar este tipo de educação à classe trabalhadora.

Contudo, sejam quais forem as perspectivas de ação que os atuais movimentos da chamada Educação Popular venham a adotar como direção programática, é preciso explicitar claramente a questão da transformação social que

lhes orienta, para que, no futuro, os seus egressos não venham cobrar com veemência o resultado de tudo que foi feito, como um ex-líder do MEB de Mossoró, que veio ao nosso encontro, Souza (1988, p. 3), com esta abordagem:

“... cadê a transformação que se falava dela naquela época? Vejo que se passou todo esse tempo e não houve transformação nenhuma para o agricultor. Que transformação era essa que se falava? “.

NOTAS

- (1) Na JAC tratava-se de um Programa de Ação, incluindo o conteúdo e orientação metodológica de como proceder para realizá-lo, estruturado com base em duas reuniões por mês - quinzenalmente - e com as demais atividades sugeridas, inclusive com os mecanismos de avaliação e relatório do resultado de sua aplicação. No MEB o programa existia como uma orientação geral que era adaptado a cada “realidade”, mas os mecanismos de controle e apoio à ação das lideranças eram semelhantes aos da JAC.
- (2) Este depoimento foi prestado pela liderança do Sítio Malhada da Onça, do MEB de Mossoró, RN, em 1972, durante uma entrevista ao repórter da revista Realidade, para uma edição especial sobre o Nordeste, publicada em novembro daquele ano.
- (3) Citado na mesma entrevista e pela mesma liderança, conforme nota 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOZA, Rui Fernando. O encontro do velho e o novo. *Realidade*. [S.1] v.7, n.80, p. 147-160, nov. 1972.
2. BIGO, Pierre. *A doutrina social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1969, 558p.
3. BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, 442p.
4. CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1971, 218p.
5. ENGELKE, Inocêncio. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. In: PASTORAL da terra. São Paulo: Paulinas, 1970, p. 43-53 (Estudos CNBB, 11).
6. FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular*. análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base, 1961-1966. São Paulo: PUC, 1984.
7. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Uma experiência de educação para a justiça; In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA, 13. Santiago, 1980. 305 p. Tese (Doutorado) PUC, 1980.
8. SOUZA, José Nicolau de. *As lideranças comunitárias nos movimentos de educação popular em áreas rurais: uma "questão" desvendada*. Natal: UFRN, 1988. 317 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN, 1988.